

# DO LATIM AO BRASILEIRO: PANORAMA EVOLUTIVO DA LÍNGUA PORTUGUESA

*Paulo Vítor Mattos Silva (UERJ)*  
([pvycctor@hotmail.com](mailto:pvycctor@hotmail.com))

## RESUMO

A formação da língua portuguesa foi intimamente alterada a partir da influência de elementos extrínsecos à própria natureza linguística, que, não obstante, alicerçam a sua evolução sistêmica e contribuem com o enriquecimento de suas vicissitudes. Assim, é possível estabelecer um panorama evolutivo partindo da língua latina, difundida a partir do processo de Romanização, perpassando por suas idiossincrasias. Com isso, é apresentado um arcabouço teórico-comparativista, através do qual, chega-se à língua falada aqui no Brasil, herdeira do legado histórico da língua portuguesa, ao qual se incorporou múltiplos fatores de ordem sociocultural, inerentes ao nosso processo de colonização.

### Palavras-chave:

Romanização; evolução da Língua Portuguesa; Português-Brasileiro

## LATIM: MUTAÇÃO & IMORTALIDADE

Inicialmente havia o latim, o qual se estilizou, sobretudo, em virtude de uma necessidade surgida com a política expansionista do Império. A evolução político-social por que passavam os romanos estendeu-se à língua, a qual se torna, impreterivelmente, meio de transmissão da cultura (aristocrática) e dos campos do saber.

O latim clássico, como se consagrou a língua literária, era praticado em redutos aristocráticos, onde os eruditos cultuavam formas de perpetuação do saber. Conseqüentemente, constituiu-se uma língua marcada pela elegância do estilo, na qual se evidenciam um apurado vocabulário e rigor gramatical. Todavia, torna-se diáfano o afastamento que a elitização desta promove em relação às classes mais humildes, atribuindo-lhe, indubitavelmente, imobilidade e artificialidade – haja vista sua incapacidade de refletir as idiossincrasias destes falantes.

Neste diapasão, configura-se, inevitavelmente, uma dicotomia lingüística: de um lado, consolida-se uma língua de intenso potencial literário, ao passo que de outro, estabelece-se e adquire magnitude uma língua essencialmente oral, praticada pelo povo em suas esferas sociais. A esta língua atribui-se o nome de latim vulgar, uma vez que servia a uma parcela da população que a utilizava para fins mais práticos.

O latim corrente, como se convencionou chamar, possui a diversidade como cerne de sua composição, sobretudo, por comportar sob a mesma égide um grande número de falantes não eruditos de funções sociais variadas; conferindo à língua certo desprestígio, no que concernia à elite romana. Esta diversidade, contudo, não recrudescer com a condenação aristocrática; antes o contrário: há, com efeito, uma acentuação desta, à medida que passa a ser adotada (e inovada) por falantes de regiões conquistadas pelo Império. Sendo assim, passam a ser incorporados à língua elementos intrínsecos aos falares provincianos, viabilizando a sua evolução natural.

A evolução da língua coloquial deu-se de modo heterogêneo, visto que as conquistas ocorreram em momentos, por membros de classes, e também sobre falares distintos. Na Espanha, por exemplo, sofreu-se a influência de um latim mais aristocratizado e, por isso, legou um maior conservadorismo clássico. Já a Dácia, que corresponde à Romênia, foi conquistada em I d.C. e, por conseguinte, sofreu a ação de elementos bem destoantes: uma interação, basicamente, com soldados, além de quase duzentos anos a mais de inovações lingüísticas. Em outras regiões, como a Bretanha, os resquícios de dominação românica foram quase que totalmente destruídos pelos bárbaros, o que impediu a evolução do latim no local.

O Império tentava manter a integridade de sua língua oficial, sufocando as tendências locais por meio da força. Com o seu declínio, não há mais como se manter a pretensa unificação da língua, sucumbindo o latim corrente às forças centrífugas, ou seja, às inovações oriundas do processo

evolutivo pelo qual passam as línguas. A partir deste momento, os falares locais adquirem autonomia e passam a evoluir isoladamente, respeitando as particularidades de cada povo, até resultarem nos chamados *romances* e, posteriormente, nas línguas neolatinas.

Sobre o latim corrente, há poucos vestígios em razão de sua escassez literária. Os estudos acerca desta língua far-se-ão, não raro, de maneira hipotética ou incompleta. Sabe-se, todavia, que a língua corrente sofre a influência dos substratos e, gradativamente, distancia-se da forma original. Desenvolvem-se, pois, sistemas autóctones, que embora detenham vestígios indeléveis da língua românica, já não mais se classificam como tal, devido ao crescente abismo que se vai formando entre elas. É necessário mais do que a presença de elementos lexicais ou sintáticos comuns a duas línguas para se legitimar uma filiação histórico-evolutiva; destarte, é sensato dizer que estes falares locais, além de na sintaxe e no léxico, influíram no que há de mais particular em uma língua: a morfologia.

As línguas neolatinas conhecidas são dez: *português*, *espanhol*, *catalão* (falado, principalmente, na região da Catalunha), *francês*, *provençal* (falado no sul da França, na Provença), *italiano*, *reto-romano ou ladino* (falado na região dos Alpes entre Suíça e Itália), *dalmático* (falado na Dalmácia, região que fica próxima à Iugoslávia), *romeno* e o *sardo* (falado na Sardenha). Ressalva-se que o território atual em que se falam estas línguas não corresponde aos domínios românicos, que se estendeu desde a Europa até a África e a Ásia. Há lugares em que o latim não vinga, como no país Basco, ou que é varrido do mapa devido à dominação bárbara, como o norte da África.

### **Heroísmo & saudade: nascimento e evolução da língua portuguesa**

Cerca de 10.000 a.C., antes de sofrer a “Romanização”, a Península Ibérica era habitada por povos

autóctones que vieram a ser conhecidos como Iberos. Quatro mil anos depois, a região passou a ser habitada por um povo indo-europeu, os Celtas, que coexistiram pacificamente com as tribos Iberas, dando origem aos Celtiberos.

A região recebe ainda ocupação de gregos e fenícios, os quais se confrontam pela hegemonia no território. Sem a constante intervenção dos gregos – que são derrotados –, os fenícios se fixam definitivamente na porção meridional e fundam colônias. A sua maior preocupação era o comércio marítimo e, quando este entra em declínio, os gregos encontram a oportunidade perfeita para retomar sua empresa e estabelecem-se na península, fundando cidades e contribuindo de forma profícua para a tradição artística da região.

A inserção dos celtas deu-se posteriormente. Oriundos do sul da Germânia fixaram-se, principalmente, na *Galécia* e nas regiões altas do centro do que é hoje Portugal. Ali, a penetração celta, supõe-se, pode não ter sido tão pacífica quanto na *Hispania*, onde se fundiu com os iberos, haja vista que até hoje podem ser encontradas cidadelas fortificadas na região - o que, certamente, não foi arbitrário.

A influência fenícia estava fadada ao desaparecimento e assim teria sido se não fosse pela proeminência do cartaginês, que falava um dialeto fenício – o *púnico*. Roma, república em ascensão, interveio, pois não lhe agradava o progresso que vinha sendo conseguido por Cartago. Temendo que a anexação da península aumentasse seu poderio, declarou-se a guerra, da qual saem vitoriosas as legiões romanas.

A península, entretanto, não é assimilada por Roma imediatamente, uma vez que os Lusitanos deflagram uma iniciativa de resistência, a qual se revelou infrutífera diante do elevado poderio bélico romano. Assim sendo, em 25 a.C., a península já apresentava toda sua faixa ocidental dominada pelo Império, dando início, pois, a Romanização do território, o qual foi dividido em três províncias: Terraconense, a Bética e a Lusitânia. Com isso, nota-se a primeira manifestação por parte do poder público de separar os destinos da faixa

ocidental, de onde se emancipou Portugal em relação ao resto da Hispânia.

Portanto, pode-se, com efeito, concluir que divisões políticas geram, impreterivelmente, divisões lingüísticas; o que pode ser endossado a partir da observância de como se deu o processo de evolução das línguas nestas regiões politicamente demarcadas, das quais se originaram, isoladamente, o castelhano, o catalão e o português. Ressalva-se que não houve por parte dos romanos uma iniciativa coercitiva de imposição da língua latina, a qual passou a ser adotada, sobretudo, em razão de seu prestígio de língua oficial, verdadeiro elo com uma cultura superior. Logo que foi introduzido na *Hispania*, o latim falado pelo povo modificou-se rapidamente, porém teve sua evolução interrompida a partir das invasões bárbaras, ocorridas no século V da era cristã.

Os vândalos foram os primeiros, dentre os bárbaros germânicos, a chegar à península e estabeleceram-se na *Galécia* e na *Bética*. Depois destes, surgem os *suevos*, os quais habitam a *Galécia* e a *Lusitânia* - o que, por conseguinte, atribui a este povo vital importância para a história da nossa língua, uma vez que foi neste território que se desenvolveu o povo português. Posteriormente, aparecem os *visigodos* ou *godos* do oriente, que absorvem os *suevos* e erigem o maior reino bárbaro já existente.

Embora tenham obtido êxito em suas empresas, os bárbaros não hesitam em assimilar a língua românica. Ao fazê-lo, não obstante, estes povos enriquecem sua diversidade, que há muito já vinha dando novo “semblante” à língua. Contribuem com a inserção de mais de duzentos vocábulos no léxico, os quais se referiam aos seus costumes e usos.

No oitavo centenário da era cristã, após as sucessivas conquistas no norte da África, chegam à península os árabes. Com isso, há o inevitável confronto entre mouros e visigodos, resultando na expulsão do último rei germânico e no domínio absoluto do reino visigótico por parte dos muçulmanos.

Enfim, a cultura árabe, exacerbadamente mais avançada que a peninsular, instaura-se e alastra-se pela região. Apesar das evidentes diferenças entre os troncos semítico e indo-europeu, a língua árabe, associada ao elitismo cultural, seduz muitos habitantes locais, chamados de “*maçarabes*” por adotarem a língua e demais costumes do povo muçulmano.

Conquanto tenham alguns aceitado o árabe como língua oficial, houve um grupo dissidente que estava disposto a manter a integridade cultural e lingüística da península. Os adeptos deste grupo refugiam-se ao norte, na montanhosa região das Astúrias, onde iniciam um movimento de reconquista; até que, em 1492, põe fim à dominação moura na região. A dominação semítica contribuiu em menor escala no romance falado no território, reduzindo sua influência, meramente, ao léxico.

Durante o período de dominação muçulmana, cruzadas eram organizadas para promover a expulsão dos invasores, sendo comum a concessão de indulgências aos bem sucedidos. Entres os fidalgos que fizeram parte destas empreitadas, merece destaque D. Henriques, cujos honrosos feitos renderam-lhe um casamento Real, além da outorga do *Condado Portucalense*, território desmembrado da *Galiza*. A nacionalidade portuguesa, contudo, só tem início com seu sucessor, D. Afonso Henriques, que abala o imponente domínio de Castela e proclama-se Rei de Portugal, em 1143.

Com a independência política de Portugal, há uma tendência separatista do falar português em relação ao galego, antes próximos a ponto de constituir um único, o *galaico-português*. Esta foi gradativa, acentuando-se com o tempo até que o português adquirisse total autonomia. Convém a lembrança de que o rumo seguido por este romance unificado deu-se por meio de um tratamento do latim corrente diferenciado em relação ao que se deu na faixa ocidental da *Hispânia*. Isto, indubitavelmente, deve-se ao fato de que a porção da *Galécia*, onde se originou o *galaico-português*, foi ocupada por *celtas* e *suevos*, o que foi elemento determinante ao processo evolutivo destes falares.

A primeira forma literária cultivada é a poesia, inspirada nas trovas provençais. No século XV, há uma grande profusão de traduções de obras clássicas. O seguinte é o de “ouro” da literatura portuguesa, quando aparecem os maiores nomes da mesma. Neste período, há, outrossim, o avanço do expansionismo ultramarino lusitano, o qual foi responsável pela difusão da língua portuguesa pelo além-mar.

### *Galego vs português*

Alguns lingüistas modernos reconheceram a unidade dessas variedades lingüísticas, enquanto que outros rechaçaram tal possibilidade, atribuindo-lhes discrepâncias notáveis a ponto de sobrepujar as semelhanças que possivelmente possa haver entre elas. O fato é que a ocorrência de fatores sociolingüísticos e/ou políticos compõem as vicissitudes destas línguas e, por conseguinte, interferem na proposição de afirmativas acerca da questão.

Só há consenso no que concerne ao passado comum das línguas, quando, na Idade Média, formavam o Galego-português – explorado profundamente como língua culta por reinos vizinhos, como Leão e Castela. Tal fato revela-se diáfano no momento em que são comparadas as formas escritas: se o galego se grafar em ortografia reintegrada, as diferenças são mínimas e é totalmente compreensível e até percebido como um dialeto peculiar do português.

Contudo, algumas divergências podem ser assinaladas. Em primeiro lugar, nota-se que os padrões galego e português são marcados por distinções fonéticas. Além disso, há diferenças presentes nas flexões verbais comuns ao padrão galego (e seus dialetos) que, no padrão português, são tidas como arcaísmos. E ainda: a ortografia “oficial” galega é uma versão *fac-similada* da ortografia espanhola, o que se faz visível até mesmo na pontuação.

Neste diapasão, constitui tarefa árdua, e talvez improfícua, reunir esforços em torno da busca por uma verdade absoluta acerca da distinção ou similitude das línguas

em questão. O fato é que ambas representam, respectivamente, a tradição cultural de seu povo e o seu legado para as gerações subseqüentes, as quais contribuirão, ciclicamente, com o advento da língua enquanto sistema vivo que é. Isso faz do galego “a língua galega” e não a gêmea do português ou a afilhada do espanhol, mas sim um dos muitos frutos do latim; bem como faz do português falado no Brasil o “*brasileiro*”, afastando-o, progressivamente, do lusitano.

## PORTUGUÊS BRASILEIRO: PLURALIDADE SINGULAR

Estudar o brasileiro é dar voz à língua falada e escrita aqui, neste país, chamado Brasil, noventa e duas vezes maior que Portugal, habitado por uma população quase dezessete vezes mais numerosa. (Bago: 2005, p. 10)

Atualmente, muitos estudos são feitos em defesa da autonomia da Língua *Brasileira*, visto que desde tempos idos esta já expressa certa tendência evolutiva distinta da apresentada por nossos colonizadores. Ao misturar-se aos diversos falares locais pelos quais exerceu sua influência, o português falado no Brasil recebe a contribuição de elementos de outra natureza, os quais são de exponencial relevância para a sua melhor compreensão.

Três fatores são essenciais para justificar a evolução deste processo: o indígena, o negro e o de falares americanos, sendo este último de menor relevância. O elemento indígena foi definitivo para a história da língua atualmente falada em nosso país e, se não fosse pela migração da corte lusitana e a intervenção pombalina, poderíamos ter sido o maior país a desenvolver, de forma homogênea, uma língua indígena. Isto se deve ao fato de que a língua indígena aqui falada não foi esquecida em detrimento de uma língua de maior prestígio; antes o contrário: houve uma grande preocupação, sobretudo por parte dos jesuítas, de se aprofundar no estudo deste falar.

Aliado ao profundo interesse dos jesuítas pela língua indígena, há ainda a questão dos cruzamentos entre europeus e índias, as quais acabaram incumbidas de transmitir à prole o ensino da língua. O ensino da língua portuguesa, portanto, restringia-se às escolas - muitas das quais, sobretudo as jesuíticas, também ensinavam a língua tupi, principalmente, aos filhos dos colonos.

O movimento de Entradas e Bandeiras, cujo propósito era a exploração do território ainda desconhecido, contribuiu em larga escala para esta manutenção da língua tupi e ainda assiste em sua propagação, uma vez que os bandeirantes sempre levavam consigo nativos para auxiliá-los em sua empresa rumo ao sertão brasileiro.

Com a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa aos índios e também com o crescente fluxo migratório do século XIX, grandes massas indígenas deslocaram-se para regiões mais afastadas do ainda insipiente progresso litorâneo, onde remanescem até a atualidade. Diante disso, o ensino da língua portuguesa torna-se uma realidade inexorável; embora não tenha conseguido aniquilar algumas inserções vernáculas oriundas da língua tupi que, de tão perfeitas, geram ainda formas derivadas e fusões com outros vocábulos lusitanos.

O elemento negro, reitera-se, estabelece-se a partir da instituição do sistema escravocrata. Apresentava, dentre os falantes, dois grupos que mereciam destaque: o *iorumba*, o qual se irradiou, principalmente, na Bahia; e o *banto*, ao qual se atribui maior relevância, no que concerne à influência na língua, em razão do maior número de falantes. Ressalta-se, todavia, que o elemento negro não se mostrou presente em vários âmbitos do período colonial e nem em todas as regiões. Já os indícios trazidos por outros falares americanos, bem menores em importância, são oriundos de trocas, sobretudo comerciais, entre navegadores estrangeiros e os colonos e fazem-se perceptíveis, meramente, no campo lexical.

Com contrastes tão latentes, provenientes de fontes tão diversas, o português falado no Brasil começa a trilhar certa independência em relação à modalidade praticada pelos

falantes do além-mar. Não seria pertinente, pois, pensar no mesmo como outra língua? A indagação é válida, à proporção em que é polêmica, e já suscitou uma série de estudos fecundos que tentam dar conta desta questão. Os lingüistas condenam a idéia de se tratar a língua falada aqui no Brasil um dialeto, sobretudo, em virtude da abrangência da língua e de sua vasta tradição literária. Estes se dividem, então, entre aqueles que defendem a autonomia da língua e aqueles que ainda a vêem como língua Portuguesa, porém acrescida de algumas variações.

Dentre aqueles que defendem a autonomia da língua, evidencia-se a profícua atuação de Rosa Virgínia Mattos e Silva, em *O Português são dois* (2004), que nega a dependência lingüística em relação à metrópole colonizadora, mostrando a dualidade da língua, e critica o ferrenho (e talvez anacrônico) ensino de uma língua que, há muito, já não representa a identidade de seus falantes.

De forma mais radical, Marcos Bagno (2005) vai além, supondo não só a existência de uma língua *Brasileira* independente, mas sim de vários *Brasileiros* distintos e aplicáveis à medida que se julga necessário pelo falante. Bagno argumenta ainda que ensinar o Português, em detrimento do Brasileiro, “é querer provar que a língua boa, certa e bonita vive do outro lado do Atlântico, falada por habitantes de um paraíso lingüístico chamado Portugal”, ou seja, é se esquecer de que somos um povo de tradições difusas, mas hegemônico no que concerne à identidade nacional e que a riqueza que nos excede culturalmente reflete-se na língua, singularizando-a, tornando-a particular de um povo que historicamente a lapidou.

Portanto, subjugar nosso falar à forma lusitana é aceitar, ingenuamente, que o “português é muito difícil” ou ainda que “brasileiro não sabe falar português corretamente”, perpetuando, pois, um conjunto de mitos infundados inerentes a “*uma língua emprestada a qual não respeitamos e abastardamos o tempo todo*” (Bagno, 2005, p. 10)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro?* Um convite à pesquisa, 5ª ed. Série Linguagem. São Paulo: Parábola, 2005.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.
- ELIA, S. *Fundamentos histórico-lingüísticos do Português do Brasil*. Lucerna: Rio de Janeiro, 2003.
- NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- NÓBREGA, Vandik. *Novo método de gramática latina* (elementar e superior), vol. I e II. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – MEC, 1962.
- SILVA, Rosa V. M. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. Série Linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.
- . *O português são dois...* Novas fronteiras, velhos problemas. 2ª ed. Série Linguagem. São Paulo: Parábola, 2006.